

Ata da Terceira Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezessete de fevereiro de dois mil e nove, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Vice-Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Secretários Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Rita de Cássia Siste Bergamasco. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Edison Cardoso de Sá para proferir o seguinte texto: Carta aos Efésios – Capítulo 4, versículos 1 a 10: “Por isso, eu, prisioneiro no Senhor, peço que vocês se comportem de modo digno da vocação que receberam. Sejam humildes, amáveis, pacientes e suportem-se uns aos outros no amor. Mantenham entre vocês laços de paz, para conservar a unidade do Espírito. Há um só corpo e um só Espírito, assim como a vocação de vocês os chamou a uma só esperança: há um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Há um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos, que age por meio de todos e está presente em todos. Cada um de nós, entretanto, recebeu a graça na medida que Cristo a concedeu. Por isso diz a Escritura “Subiu às alturas levando prisioneiros; distribuiu dons aos homens”. Que quer dizer “subiu”? Quer dizer que primeiro desceu aos lugares mais baixos da terra. Aquele que desceu, é o mesmo que subiu acima de todos os céus, para plenificar o universo.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em Votação da Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a Leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Airton Braulino Jorge pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o

requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 019/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para celebrar convênio com a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo, na forma que especifica, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 020/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o IEJ a fim de instituir o Programa Municipal Universidade para Todos, na forma que especifica, depois de lidos, foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; 3. Ofício SEGOV nº 0058/2009 acusando o recebimento do Requerimento nº 001/2009 da Sra. Karina Valéria Rodrigues que solicita a relação dos funcionários concursados, contratados e cargos de confiança, separadamente por Secretarias; 4. Ofício SEGOV nº 0059/2009 acusando o recebimento do Requerimento nº 002/2009 da Sra. Karina Valéria Rodrigues que solicita informações sobre o contrato firmado com a empresa que atualmente explora os serviços chamados “Zona Azul” e da “Fiscalização Eletrônica”, bem como, quais os valores arrecadados no ano de 2008 e a destinação dos mesmos; 5. Ofício SEGOV nº 0060/2009 acusando o recebimento do Requerimento nº 003/2009 da Sra. Karina Valéria Rodrigues que solicita o fornecimento da relação dos beneficiados com óculos e informações sobre quais os critérios utilizados para inclusão dos mesmos; 6. Ofício SEGOV nº 0061/2009 acusando o recebimento do Requerimento nº 004/2009 da Sra. Karina Valéria Rodrigues que solicita informações sobre as placas de propagandas comerciais instaladas na Av. Marginal (rotatória onde está afixado o relógio digital, nas proximidades da Galeria Ramos) e outra no gramado do Centro Cultural, defronte ao Hospital Municipal; 7. Ofício SEGOV nº 0062/2009 acusando o recebimento do Requerimento nº 005/2009 do Sr. Rainero Venturini que solicita informações sobre a doação ou não, feita pela Empresa Fresenius Medical Care de aparelhos para Hemodiálise; 8. Ofício SEGOV nº 0063/2009 acusando o recebimento do Requerimento nº 006/2009 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Outro solicitando a possibilidade das Audiências Públicas serem realizadas com a Associação de Moradores no próprio bairro em questão e contando com a presença do Prefeito, Vereadores e Secretários; 9. Ofício SEGOV nº 0064/2009 acusando o recebimento do Requerimento nº 007/2009 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que solicita informações sobre a realização dos “Bailes da Terceira Idade”; 10. Ofício SEGOV nº 0065/2009 acusando o recebimento do Requerimento nº 008/2009 do Sr. Fábio Augusto Pina e Outros que solicita informações sobre projetos para melhoria e/ou mudança da ciclofaixa, hoje

instalada na extensão da Rua Amazonas e as Avenidas Alexandre Marion e Pacífico Moneda; 11. Ofício SEGOV nº 0068/2009 acusando o recebimento das seguintes Indicações nºs.: 001/2009 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Outro; 002 e 003/2009 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 004, 005 e 006/2009 da Sra. Karina Valéria Rodrigues; 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 034 e 035/2009 do Sr. Rainero Venturini; 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33/2009, do Sr. Fábio Augusto Pina; 36, 37, 38 e 39/2009 do Sr. Airton Braulino Jorge. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Requerimentos: 1. Do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal informações sobre as consultas feitas pelo sistema de encaixe nos Postos de Saúde, e se os pacientes que estão aguardando tais consultas estão sendo clinicados. 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Telefônica – Telecomunicações de São Paulo S/A, instalação de um orelhão no ponto de ônibus existente na Av. Lauro de Carvalho, na calçada da Creche Santo Antonio, centro da Cidade; 3. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando à FERROBAN, a construção de uma passarela na linha férrea, nas proximidades da estação de trem existente entre os Bairros João Aldo Nassif e Cruzeiro do Sul; 4. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda, criação do horário das 23:00 horas nos meses de julho, dezembro e janeiro, nos Bairros Jardim Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim; 5. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar quando será dado início às obras do Parque dos Lagos (4ª Etapa), no Jardim Sylvio Rinaldi II; 6. Do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando à Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda, informar se é possível acrescentar no horário das 17:00 às 19:00 horas, mais ônibus que fazem a linha de Campinas/Jaguariúna e informar porque os ônibus não entram na Rodoviária de Campinas; 7. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda, para que os ônibus da linha Jaguariúna/Campinas, nos horários das 9:00h e das 14:00h, bem como os que vêm de lá nos horários das 13:00h e 20:00h, passem pelo Shopping Dom Pedro, nos finais de semana (sábados e domingos). Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal a permanência diária da Guarda Municipal na Galeria Ramos, quando da realização da Festa do Peão neste Município; 2. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Maranhão, na altura do nº 220; 3. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal designar um fiscal para percorrer todos os bairros do Município, verificando e anotando as necessidades de cada um deles e distribuindo posteriormente as tarefas para cada Secretaria e assim, procurando atender a todos;

4. Do Sr. Rainero Venturini, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal realizar benfeitorias que especifica, em toda a extensão da estrada de acesso à Fazenda Santa Júlia; 5. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal mudança da lombada existente na Rua Frachetta, em frente do portão do Posto de Saúde da Vila Miguel Martini; 6. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal construir um novo Posto de Saúde Central, ou mesmo uma ampla reforma no prédio já existente, para atender com total segurança nossos munícipes; 7. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal ampliação da cobertura do ponto de táxi existente na Avenida Lauro de Carvalho, na calçada da Creche Santo Antonio, bem como a troca dos bancos do mesmo; 8. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal construção de lombadas na rua Santo Marmioli, no Bairro Cruzeiro do Sul; 9. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada e sinalização na Rua Vigatto, próximo da escola Joaquim Pires Sobrinho, no Bairro Miguel Martini; 10. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal iluminação de um trecho da rua Vigatto, no Bairro Miguel Martini; 11. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal a criação do Conselho Municipal de Transporte; 12. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal providenciar o fechamento da vala (grande buraco) onde estava instalado o Circo, na área do Parque Santa Maria, em frente da Creche do Jardim Sônia; 13. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal providências que especifica nos bairros Jardim Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, assim como nos bairros mais afastados do Município; 14. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal implantar um Posto de Atendimento Móvel de Saúde para percorrer os bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, assim como, nos bairros mais afastados do Município; 15. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal construção de um barracão fechado em área que achar conveniente, nos Bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, para realização de atividades voltadas exclusivamente para a população local, como atividades esportivas e outras benfeitorias; 16. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal entendimentos junto a CPFJ Jaguari, elaborar um projeto visando a iluminação na SP-95, trecho compreendido entre o Centro da Cidade e a entrada do Bairro Parque Florianópolis; 17. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal limpeza e conservação da área (Praça Antonio Cantizano) existente no Jardim Sylvio Rinaldi II, providenciando para que a mesma seja urbanizada, bem como ronda permanente no local; 18. Do Sr.

Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal maior policiamento (ronda Guarda Municipal) na Rua Vigatto, trecho da Lavanderia Max Lave até a rotatória que liga o bairro João Aldo Nassif; 19. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal benfeitorias que especifica ao redor da seringueira existente na Rua Flor da Porcelana, em frente do prédio da OAB, nas imediações do centro; 20. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal medidas que solucionem o problema do excesso de barulho causado pela aglomeração de pessoas e sons dos veículos parados no estacionamento do Centro Cultural, próximo da feira de artesanato, bem como ao redor da seringueira existente na Rua Flor da Porcelana, em frente ao prédio da OAB, no período noturno. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de diversos: 1. Comunicado nº 10110095/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde, sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.287,35; 2. Ofício 048/2009 da Subsecretária Executiva do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, solicitando a indicação de 02 (dois) nomes para compor o Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Capivari e Jundiaí – biênio 2009/2010, sendo 01 (um) Titular e 01 (um) Suplente; 3. Convite do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto para participar das Audiências Públicas sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos”, de responsabilidade da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, dia 19 de fevereiro às 17:00 horas na Câmara Municipal de Campinas. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal informações sobre as consultas feitas pelo sistema de encaixe nos Postos de Saúde, e se os pacientes que estão aguardando tais consultas estão sendo clinicados, em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Telefônica – Telecomunicações de São Paulo S/A, instalação de um orelhão no ponto de ônibus existente na Av. Lauro de Carvalho, na calçada da Creche Santo Antonio, centro da Cidade, em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando à FERROBAN, a construção de uma passarela na linha férrea, nas proximidades da estação de trem existente entre os Bairros João Aldo Nassif e Cruzeiro do Sul, em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues

solicitando às Estâncias Metr polis Turismo e Via o Ltda, cria o do horário das 23:00 horas nos meses de julho, dezembro e janeiro, nos Bairros Jardim Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, em discussão e vota o foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar quando será dado início às obras do Parque dos Lagos (4  Etapa), no Jardim Sylvio Rinaldi II, em discussão e vota o foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando   Expresso Metr polis Transportes e Viagens Ltda, informar se   possível acrescentar no horário das 17:00 às 19:00 horas, mais ônibus que fazem a linha de Campinas/Jaguariúna e informar porque os ônibus não entram na Rodoviária de Campinas, em discussão e vota o foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando   Expresso Metr polis Transportes e Viagens Ltda, para que os ônibus da linha Jaguariúna/Campinas, nos horários das 9:00h e das 14:00h, bem como os que v em de l  nos horários das 13:00h e 20:00h, passem pelo Shopping Dom Pedro, nos finais de semana (sábados e domingos), em discussão e vota o foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, seguindo ordem de inscri o em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Edison Cardoso de Só, que a passaram; tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que era com grande preocupa o que, naquele dia, tinha proposto um requerimento para que a Ferrobahn, empresa férrea, fizesse uma passarela perto da empresa Max Lave, porque tinham que tomar muito cuidado porque era um local que há muito tempo era um local de risco, com tentativas de estupro, com tentativas de assalto, e que achava que estava na hora deles conseguirem uma passarela para que estas pessoas conseguissem ter paz e tranqüilidade para trabalhar; disse que aquele requerimento, o considerava muito importante para que eles pudessem suprir as carências dessa popula o; aproveitando os doze minutos que tinha esse tema livre, disse que na semana anterior tinha sido decretada a passagem por um real, e passagem livre aos domingos e feriados, e para a surpresa deles, o bairro de Guedes não podia usufruir do direito desta lei, porque o pessoal que morava em Guedes, ele atravessava e pegava ônibus que vinha de Santo Antonio de Posse, que era um ônibus intermunicipal; disse de deixar claro que eles faziam as leis, mas especialmente, o Secretário de Transportes deveria ter visto isso, porque se a lei existia, tinha que ser fiscalizada para que ela acontecesse em todos os bairros, e que esperava, disse ao Sr. Presidente, que ela esperava que o Executivo tomasse conta disso o quanto antes,

porque a população do bairro de Guedes não tinha tido a oportunidade de se beneficiar com o ônibus a um real e tarifa livre aos domingos e feriados; disse que, terminando, deixava claro que o ônibus não era de graça, o ônibus era um real e domingos e feriados grátis, mas a Prefeitura estava pagando isso, não era que a empresa fazia de graça, e para sua surpresa, lendo o jornal deste final de semana, ficou sabendo que o Chefe do Executivo tinha autorizado um aumento de cinquenta por cento nas passagens de ônibus, ou seja, hoje, tinham a passagem mais cara do Estado; a passagem de Jaguariúna, hoje, custava três reais e trinta centavos, e que não era de graça, a Prefeitura estava pagando, e todos eles deveriam fiscalizar para que isso não fosse uma acomodação dessa empresa, e a qualidade piorasse; disse que eles não sabiam que iria ter aumento nesta semana, o que significava que cada pessoa que viajava aos domingos e feriados, a Prefeitura estaria pagando três reais e trinta; valia destacar, que há uma semana a passagem era dois e vinte, ou seja, tinha tido um aumento de cinquenta por cento de seu valor; disse que achava que todos eles tinham que fiscalizar tal Empresa, que ela, realmente, cumprisse essas rotas, e deixar muito claro que, conforme lei que tinha sido aprovada com as emendas, esse direito valia até trinta e um de dezembro de dois mil e nove, e que se a Empresa não cumprisse com as metas, eles, realmente, estariam controlando isso, porque domingo tinha sido uma festa, tinha gente que tinha brincado no campo de futebol, e muita gente tinha feito até pic-nic dentro do ônibus porque era grátis; a pessoa ficava indo e vindo, indo e vindo; disse que acontecia que a passagem ficava três reais e trinta centavos, e que deveriam fiscalizar, e que existia uma preocupação de sua parte de quem iria controlar esta catraca nos dias de domingos e feriados, porque senão, poderiam pagar no fim do mês uma conta que não era verdadeira; falou que dizia isso para ressaltar e deixar claro que Jaguariúna tinha hoje, a tarifa mais cara do Estado de São Paulo, e repetiu: a tarifa mais cara do Estado de São Paulo, e deveria ter uma responsabilidade deles, Vereadores, para controlar que a qualidade do transporte fosse o melhor do Estado de São Paulo; falou que dizia isso, porque eles, Vereadores, não sabiam desse aumento de três reais, de cinquenta por cento, e que isso tinha sido uma decisão que, por lei, o Prefeito poderia decretar, e eles não tinham sido informados que as passagens aumentariam cinquenta por cento; disse de informar à população, e deixar, novamente, claro que o transporte de Jaguariúna hoje era o mais caro do Estado de São Paulo, e por conseqüência, deveriam cobrar da Empresa que também tivesse um serviço à altura; e mais uma vez, disse ao Presidente, cobrar ao Executivo que existia uma lei, ela fosse para todos os cidadãos de Jaguariúna, porque o povo de Guedes não vinha usufruindo; terminando, disse de deixar claro, também, como tinha falado na semana anterior,

que a Empresa Estrutural apesar de não estar cumprindo uma lei, ela estava trabalhando normalmente, ou seja: a Empresa Estrutural não construiu a estrada, não cumpriu uma lei que tinha feito, e continuava britando pedras à vontade; disse, entre outras coisas, que ela não era contra, mas já que iria virar uma palhaçada, e que achava que a Prefeitura não deveria mais cobrar juros quando alguém atrasasse água, quando alguém atrasasse o imposto, porque se a Estrutural tinha que construir uma estrada e não fez, e continuava trabalhando normalmente, e ninguém fazia nada, porque um pobre coitado atrasava a conta de água, e a Prefeitura cobrava juros? Por que um cara que trabalhava o mês inteiro com dificuldades atrasava seu IPTU e cobrava juros? Disse que a lei tinha que ser para todo mundo, a lei era para ricos e para pobres, para negros e para brancos, e que não iria descansar até que a Empresa Estrutural fizesse a estrada ou parasse de trabalhar, porque durante quatro anos, eles tinham usufruído de uma lei que tinha sido feita nesta Casa, e não estava sendo cumprida nada; disse que cobrava sim, e iria cobrar em tom e voz alta, que a Prefeitura notificasse e cancelasse o alvará dessa pedreira, porque os direitos tinham que ser iguais para todo mundo, e voltou a repetir que ela, pessoalmente, estava entrando com uma liminar na Justiça para que o direito dessa Empresa fosse cassado, porque a lei era feita para cumprir; disse que porque se fosse assim, por que que quando uma pessoa não pagava uma conta de luz durante dois ou três meses, cortavam a luz dela? Porque existia uma lei. Disse que na Cidade, há muito e muito tempo as leis eram só para os pobres, para quem não tinha informação, para as pessoas simples, e alguns grandes empresários, ou algumas pessoas se consideravam acima da lei, e que seu grande objetivo naquele ano, era que todo mundo cumprisse as leis que eram feitas, custasse o que custasse; disse de ressaltar isso porque ela ficava indignada em ver uma empresa sem alvará britando pedra à vontade, faturando, emitindo notas fiscais sem licença; disse que alguns iriam falar que a lei era anti constitucional; disse que ela não era advogada, e que se a lei era anti constitucional, que tinha sido feita há quatro anos atrás em troca de uma estrada, não era questão deles, era questão do Tribunal de Justiça que era quem julgava se a lei era inconstitucional ou não; disse que cabia a eles do Legislativo e cabia ao Executivo fazer que as leis fossem cumpridas, e se isso não acontecesse, o Poder Judiciário tinha que fazê-las cumprir; disse que era isso que tinha para falar, uma preocupação muito grande, porque senão eles ficavam fazendo leis, perdendo o tempo deles toda terça-feira, e as leis não eram cumpridas, e que eles ficavam com cara de bobos, e que eles faziam a lei, o Prefeito decretava uma lei, e ela não era cumprida; disse que, no mínimo, em outras circunstâncias, isso seria um golpe de estado, porque quando uma empresa não respeitava as leis, tinha-se perdido o respeito, e isso não



acontecia; disse de deixar aquele desabafo, porque achava uma vergonha o que estava acontecendo em Jaguariúna, e que há quatro anos poderiam ter aquela estrada que permitiria ir para Campinas sem pedágio, e esta estrada não acontecia; disse que achava que eles, a população tinham que se mobilizar, os Vereadores estavam fazendo sua parte, mas tinha chegado a hora do Executivo, o Prefeito Municipal, fazer a parte dele, custasse a quem custasse, mas existia uma lei e ela tinha que ser cumprida; agradeceu; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens, que a passaram; tomou palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo à Colega, que existia um ponto nefrálgico da segurança de Jaguariúna e era ali em torno da via férrea, que separava o bairro do Cruzeiro do Sul e do Nassif, e que esta Casa por muitas e muitas vezes já tinha pedido iluminação, já tinha pedido policiamento, e que na última legislatura tinha feito, fizeram o pedido do asfaltamento ali, pois ali era uma ladeira, teve gente que tinha sido perseguida ali, caiu, se machucou, foi atacada, e ali a Max Lave tinha três turnos de trabalho, e tinha um turno que revezava às vinte e duas horas, e que morava nas proximidades, e o que era comum deles acompanharem ali, eram os funcionários que iriam entrar em serviço ou aqueles que estavam saindo eles andavam em grupos para procurar se proteger, e dessa maneira conseguir mais segurança; disse que isso, entendia, era um retrocesso, porque o homem precisava andar em bandos, na época das cavernas, e hoje em dia existia uma política, existia uma segurança que tinha que garantir ao cidadão, porque o cidadão pagava por esta segurança; disse que tinha sido feito o asfaltamento, o que ajudou bastante, e que tinha feito o pedido da iluminação naquela ocasião, e que naquele dia o nobre Vereador Edison estava reiterando o pedido; na ocasião ainda era a CMS que cuidava da energia na Cidade, e tinha chegado até a entrar em contato com eles, e que eles disseram que a Prefeitura tinha até feito a cotação, eles tinham passado a cotação e estavam esperando a ordem de serviço, que não foi; disse que na ocasião tinha pedido à Guarda Municipal que fizesse rondas no entorno da Max Lave, neste horário das vinte e duas horas, e que durante um tempo eles, realmente, ficaram e os funcionários tinham se sentido seguros, mas o que era interessante eles observarem que a iluminação ia até a porta da Max Lave e ali ela encerrava, dali para frente, que eram as pessoas que tinham que ir trabalhar, ir e voltar à pé, aí a iluminação parou; disse que falava isso, porque ele passava pelo Parque do Nassif, à noite, e via refletores enormes acesos lá durante a noite, e pouquíssimas pessoas, às vezes ninguém, fazendo algum tipo de atividade; disse de compactuar da opinião da colega, e também do Vereador Edison que estava reiterando este pedido da iluminação, e que ele estava fazendo o pedido para que a Guarda

voltasse a fazer as rondas, pelo menos enquanto não tivesse a iluminação, porque ali, realmente, era um local perigoso, e era fácil também eles assistirem, quando as composições ficavam paradas ali, o pessoal não tinha como atravessar, e que já tinha cansado de ver famílias, agachando por baixo do trem e passando com crianças em dias de chuva; pediu para que olhassem a situação, era degradante; disse que existia um entrave, porque a Prefeitura não podia realizar obras em torno da linha férrea, isto era do Estado, mas tudo com boa vontade, com bom senso se resolvia, também; para concluir, disse ao Presidente, que quem tinha acompanhado as sessões anteriores, viram que ele tinha entrado com uma emenda pedindo para que os ônibus de Jaguariúna entrasse na Rodoviária em Campinas, porque sabiam da dificuldade de muitas pessoas que iam de ônibus para lá tinham que descer no meio do caminho, sol, chuva, enfim, e tinha vindo o veto do Executivo, porque eles estariam legislando sobre a rodoviária de Campinas, e eles não tinham poder para isso; disse que a maneira que tinha entendido era pedir esclarecimentos para a empresa, para que os informasse porque ela não entrava, qual era o entrave, porque se eles não podiam legislar, certamente, alguém podia e deveria resolver; disse que estavam no aguardo da resposta da empresa, para que terminasse esse problema; disse, entre outras coisas, que ficou sabendo que os ônibus que vinham de Campinas nos horários das dezessete e dezenove horas, eles pegavam os passageiros nos primeiros pontos e com a superlotação, os outros passageiros que iam dando sinal, disse ao Presidente, os ônibus estavam passando direto, não estava parando por conta do excesso de lotação; disse que eram duas fileiras de bancos de cada lado, e agora estavam saindo ônibus com uma fileira só de cada lado, e com isso aumentava o espaço para as pessoas que iam em pé no ônibus; disse, ainda, que sua sogra, no domingo, também tinha tido uma surpresa desagradável, ela tinha ido pegar o ônibus junto com seu filho, e a hora em que ela chegou em casa, ele perguntou a ela se ela tinha andado de graça no ônibus, e ela disse que não tinha andado, não, que ela teve que pagar, e ele perguntou por que pagar, e ela disse que o ônibus que ela pegou na Rodoviária, eles falaram que estava vindo de Campinas, e que para ele levá-la até o Nassif, ela teve que pagar duas passagens; disse que estava acontecendo isso, e que esperava que essas situações estivessem melhor avaliadas, e que eles iriam fazer esta avaliação e em dezembro, certamente, essa Câmara teria um posicionamento, onde eles iriam aplaudir, ou iriam criticar, e isso até dezembro eles, certamente, teriam suas opiniões formadas; disse que era o que tinha a dizer, desejou boa noite, agradecendo; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, agradecendo aos presentes pela casa cheia, e que isso enaltecia o trabalho deles, e era um propulsor daquilo que era discutido na Casa;

disse que gostaria de usar a tribuna e realçar as palavras da Vereadora Karina com relação ao transporte público, e que na primeira sessão daquele ano, tinham tido a oportunidade de votar o projeto em regime de urgência, ou seja, ele tinha chegado no mesmo dia e foi votado no mesmo dia, onde eles reduziram a tarifa de ônibus para um real, e que era lógico que todo mundo, consciente daquilo que eles estavam votando, não tinha como fazer diferente, mas era bom esclarecer para toda a população, como a Karina tinha dito, que a passagem de Jaguariúna era três e trinta, e que se a população pagava um real, a Prefeitura estava pagando o complemento de mais dois e trinta, e que poderia muito bem ter mantido a tarifa, dois e vinte, e dado graciosamente, a passagem para toda a população, mas naquele momento não tinha tido participação nestas decisões, enfim, o projeto tinha vindo na Casa, em regime de urgência, da qual, algumas entrelinhas a passagem de Jaguariúna, hoje, fosse a mais cara do Estado; disse que esse recurso, de alguma forma, saía da Educação, saía da Saúde, saía da Assistência, de algum lugar saía, e eles, ao longo de todos estes anos, recebiam críticas por parte da Empresa, com relação aos serviços, enfim, tentando melhorá-lo, mas o que tinham visto naquela sessão, e iriam ver em muitas outras, era aumento de itinerário, muito aumento de linhas novas, tinham situações ali, que o transporte passava dentro do Município, mas era um transporte intermunicipal, do qual a pessoa tinha que pagar a passagem mesmo, infelizmente; o transporte que beneficiava grande parte de Guedes, ele, realmente, era ônibus intermunicipal que vinha de Santo Antonio de Posse, que não tinha sido visto naquele momento, onde tiveram a oportunidade de discutir o projeto, e que estavam falando isso, porque as decisões ali tomadas tinham que ter a responsabilidade de ali assumí-las; disse que, infelizmente, naquele momento não tinham tido todo esse olhar para aquele projeto, e que era lógico que a tarifa social, onde eles vislumbraram aquele negrito na lei, fez com que eles votassem aquele projeto em regime de urgência, mas muita coisa houve consequência, e esperava graças à iluminação dos nobres pares, deixou o projeto vigorando até o final deste ano; disse que isso fazia com que eles redobrassem os seus olhos para a Empresa, e exigissem aquilo que eles sempre vinham ouvindo da população, e a população sempre exigia a melhoria da qualidade dos transportes no Município; disse que com a passagem a três e trinta era direito deles exigirem itinerário, exigirem mais ônibus, ônibus mais novos, de uma forma através de indicação, requerimento, e que se iria ser cumprido, cabia, realmente, ao Executivo, ou através de uma próxima lei exigir este serviço; voltou a dizer que o contrato com a Empresa tinha mais três anos, e que era uma oportunidade que da sociedade organizada discutir o tipo de transporte que se queria para Jaguariúna, e a partir daí tomar decisões, onde a população, depois de

ter dado sua opinião, ser votado na Casa, e eles, conscientemente, votarem um transporte digno para Jaguariúna, e não as coisas serem atropeladas; disse que estava falando isso, porque naquele dia tinha na Casa muitos estudantes e que iriam votar um projeto de lei, e acreditava que iria ser votado, de bolsas de estudos, através de um programa municipal de bolsas de estudo, e que aquele projeto tinha entrado na Casa uma hora da tarde, e que eles Vereadores tinham tido conhecimento eram quatro ou cinco horas, e não tinha dado tempo de discutir; disse que tinham tentado, de uma certa forma, prorrogar essa discussão até o início de março, mas acreditava que não iria ser possível, e que estava ali esclarecendo à população que iria ser votado um requerimento de urgência para que aquele projeto fosse votado naquele dia, e que ele votaria contra, mas sabia que o projeto iria para a pauta, e não tinha como votar contra um projeto desse, mas que gostaria de ter mais tempo para discutir com a população, aquilo que eles pretendiam beneficiar com as bolsas de estudo; disse que sabia que haveria uma comissão, e que até aquele momento não tinha a participação dos Vereadores, e que queriam ter a participação de Vereadores, a participação de alunos, enfim, esse projeto, achava que deveria ser mais discutido, e que tinham uma próxima sessão, no dia três de março, eram poucos dias, dava para eles discutirem um determinado momento, mas acreditava que iriam estender aquela sessão, porque o projeto iria ser discutido naquele dia mesmo; disse que já estava se justificando, porque, às vezes, eles discutindo um projeto, lendo todo mundo junto, a possibilidade de erro era muito menor, do que às vezes acontecia, e eles tinham que assumir uma passagem de três e trinta, e que sem brincadeira nenhuma, um real a mais que a população estava pagando, estava sendo para a Empresa, estava dando de graça, porque a passagem na região inteira era dois, dois e vinte, dois e trinta, essa era a passagem da região, e que Jaguariúna estava pagando um real a mais, além de tirar dinheiro dos cofres públicos para uma Empresa que ele sempre defendeu, ali, a melhoria dos serviços dela, mas que a população de nenhuma forma admitia; disse que hoje tinha-se invertido tudo, e eles tinham que assumir as responsabilidades do que tinham feito na Casa; pediu desculpas às pessoas que tinham algum interesse em tal projeto, iria votar contra simplesmente o requerimento de urgência, num projeto que tinha entrado naquele dia uma hora da tarde, e ele tinha que votar à noite; disse que não o leu inteiro, tinha lido com alguns colegas ali na Sessão, e conseqüentemente iriam ter que tomar uma decisão com relação a isso; disse que sabiam da importância do projeto, e tinha certeza que eles iriam sair dali com o projeto a contento de todos; disse que tinham feito uma reunião com a FAJ, também, mais ou menos dia vinte de janeiro, não se lembrava direito quando eles tinham tido a conversa, mas achava que tinha sido vinte de janeiro onde tinha

ficado acertado, realmente, este projeto vindo para a Casa, teria que ser votado, enfim... disse que tinha tido, aproximadamente, vinte e sete dias para poderem dar uma participação dos nobres Vereadores que, até então, tinham tido este compromisso com a FAJ, mas até então, não tinham sido ouvidos, não tinham dado a opinião, não tinha a participação deles, Vereadores, enfim, era isso que queriam tentar propor naquele momento, e esperava que eles conseguissem da melhor maneira possível, sair com um projeto dali onde fossem beneficiadas as pessoas que mais necessitavam desta bolsa de estudo, que era a população mais carente, o pessoal que mais necessitava deste apoio para dar continuidade aos seus estudos, e quem sabia, realmente, conseguir algo melhor em sua vida pessoal; desejou boa noite a todos e agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que a passou. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rainero Venturini foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o IEJ a fim de instituir o Programa Municipal Universidade para Todos, na forma que especifica, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 020/2009 , fosse apreciado em Única Discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por seis votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Karina Valéria Rodrigues; a seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura do Ofício DER nº 020/2009 encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o IEJ a fim de instituir o Programa Municipal Universidade para Todos, na forma que especifica; em seguida, o Sr. Presidente designou o Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do Parecer do Relator Especial designado, favorável ao projeto; terminada a leitura do parecer, foram apresentadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 013/2009, de iniciativa dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Airton Braulino Jorge, Alfredo

Chiavegato Neto, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens: 1ª - dando nova redação ao inciso II Art. 3º: “II – estudantes selecionados pela Secretaria de Gestão Social e Cidadania, que se reserva o direito de efetuar visitas e entrevistas domiciliares, segundo critérios de análise socioeconômica.”; 2ª dando nova redação ao § 1º do Art. 3º: “§ 1º - No caso de ultrapassar o limite de bolsas a que alude o art. 2º, desta lei, considerar-se-ão classificados os estudantes candidatos com menor renda mensal familiar.” 3ª – dando nova redação ao inciso I, do Art. 3º: “I – terão acesso ao benefício estudantes residentes em Jaguariúna, há, pelos menos, 01 (um) ano, comprovado a partir da data da emissão do Cartão Cidadão.” 4ª – dando nova redação ao Art. 6º: “Art. 6º - Fica criada a Comissão Permanente do Programa Municipal Universidade para Todos, composta por 07 (sete) membros nomeados por Portaria do Prefeito, sendo: 01 (um) representante da Secretaria de Educação, 01 (um) da Secretaria de Gestão Social e Cidadania, 01 (um) da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, 01 (um) da Secretaria de Negócios Jurídicos, 01 (um) do Instituto Educacional Jaguarú – IEJ, 01 (um) da Câmara Municipal de Jaguariúna e 01 (um) representante do corpo discente da FAJ.” 5ª – dando nova redação ao Art. 3º: “Art. 3º - As bolsas de estudo, incluindo as matrículas, serão concedidas pela Prefeitura do Município de Jaguariúna e Instituto Educacional Jaguarú, pelo período de 01 (um) ano letivo, através das seguintes disposições, cumulativamente:” 6ª – dando nova redação ao § 2º do Art. 3º: “§ 2º - É condição para o recebimento da bolsa a que alude esta lei, a adimplência do aluno bolsista junto ao Instituto Educacional Jaguarú – IEJ, sendo tolerada a inadimplência de até duas mensalidades.” 7ª – incluindo Parágrafo Único ao Art. 6º: “Parágrafo Único – Cabe à Comissão Permanente a que se refere o “caput” deste artigo, aprovar os critérios socioeconômicos, através de pontuação onde serão observados, além dos critérios estipulados no art. 3º desta lei, preferencialmente o seguinte: I – alunos da rede pública; II – garantia de vagas para portadores de necessidades especiais, idosos, negros e pardos.” Lidas as emendas, o Sr. Presidente colocou uma a uma em discussão e votação: 1ª - dando nova redação ao inciso II Art. 3º: “II – estudantes selecionados pela Secretaria de Gestão Social e Cidadania, que se reserva o direito de efetuar visitas e entrevistas domiciliares, segundo critérios de análise socioeconômica.”; em discussão e votação foi a emenda foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 2ª dando nova redação ao § 1º do Art. 3º: “§ 1º - No caso de ultrapassar o limite de bolsas a que alude o art. 2º, desta lei, considerar-se-ão classificados os estudantes candidatos com menor renda mensal familiar.” Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 3ª – dando

nova redação ao inciso I, do Art. 3º: “I – terão acesso ao benefício estudantes residentes em Jaguariúna, há, pelos menos, 01 (um) ano, comprovado a partir da data da emissão do Cartão Cidadão.” Em discussão e votação, foi a emenda aprovada por unanimidade de votos; 4ª – dando nova redação ao Art. 6º: “Art. 6º - Fica criada a Comissão Permanente do Programa Municipal Universidade para Todos, composta por 07 (sete) membros nomeados por Portaria do Prefeito, sendo: 01 (um) representante da Secretaria de Educação, 01 (um) da Secretaria de Gestão Social e Cidadania, 01 (um) da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, 01 (um) da Secretaria de Negócios Jurídicos, 01 (um) do Instituto Educacional Jaguarú – IEJ, 01 (um) da Câmara Municipal de Jaguariúna e 01 (um) representante do corpo discente da FAJ.” Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 5ª – dando nova redação ao Art. 3º: “Art. 3º - As bolsas de estudo, incluindo as matrículas, serão concedidas pela Prefeitura do Município de Jaguariúna e Instituto Educacional Jaguarú, pelo período de 01 (um) ano letivo, através das seguintes disposições, cumulativamente:” Em discussão e votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 6ª – dando nova redação ao § 2º do Art. 3º: “§ 2º - É condição para o recebimento da bolsa a que alude esta lei, a adimplência do aluno bolsista junto ao Instituto Educacional Jaguarú – IEJ, sendo tolerada a inadimplência de até duas mensalidades.” Em discussão e votação foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos; 7ª – incluindo Parágrafo Único ao Art. 6º: “Parágrafo Único – Cabe à Comissão Permanente a que se refere o “caput” deste artigo, aprovar os critérios socioeconômicos, através de pontuação onde serão observados, além dos critérios estipulados no art. 3º desta lei, preferencialmente o seguinte: I – alunos da rede pública; II – garantia de vagas para portadores de necessidades especiais, idosos, negros e pardos.” Em discussão e votação foi a mesma assinada por unanimidade de votos; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 013/2009, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o IEJ a fim de instituir o Programa Municipal Universidade para Todos, na forma que especifica (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão, pediu a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, que cumprimentou a todos, à Mesa, aos universitários e professores ali presentes, dizendo que uma das metas quando ele pleiteou entrar na Casa, tinha sido levantar a bandeira da Educação, dos jovens, estudantes e professores da Cidade; disse que hoje via que Jaguariúna estava comprando Educação, estava investindo na Educação, para colher os frutos do futuro; disse que achava que, investindo na Educação, as portas iriam se abrir para todas as benfeitorias dali para frente; a Cidade iria ganhar empregos, qualificações para os universitários, eles iriam ter as oportunidade que, até então,

não tinham, e conseqüentemente a qualidade de vida da Cidade aumentaria; disse que, embora, eles tivessem discutido aquele projeto meio que rapidamente, achava que aquelas emendas eram suficiente para dar a segurança para toda a população que aquele estava sendo um bom negócio para a Cidade, estava sendo uma boa compra, e essa parceira, a Cidade tinha a ganhar com isso; disse que iria ler uma planilha, dos custos atuais, e quanto passaria para cada um dos estudantes, sendo que trinta e cinco por cento ficava a parte da FAJ, trinta e cinco por cento para a Prefeitura, e trinta por cento do aluno: curso de Administração, hoje o valor era de seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos, e o aluno arcaria, hoje, com cento e oitenta e oito reais e oitenta e dois; Ciência da Computação: setecentos e quarenta e sete reais e seis centavos, o aluno arcaria com duzentos e vinte e quatro reais e onze centavos; Ciências Contábeis: quinhentos e cinqüenta e dois reais e noventa e quatro centavos, o aluno arcaria com cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos; Direito: setecentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos, o aluno: duzentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos; Educação Física: quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos; o aluno arcaria com cento e sessenta e nove reais e quarenta e um centavos; Enfermagem: setecentos e quarenta e um reais e dezoito centavos; duzentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos, o aluno; Engenharia de Alimentos, setecentos e sessenta e um reais e dezoito centavos, o aluno: duzentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos; idem para Engenharia Ambiental, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia de Produção, que o aluno ficaria com duzentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos; a Fisioterapia: oitocentos e setenta reais, e hoje o aluno ficaria com duzentos e sessenta e um reais e dezessete centavos; Medicina Veterinária: um mil duzentos e cinqüenta e oito reais e oitenta e dois centavos, hoje, e o aluno ficaria com trezentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos; Nutrição: setecentos e setenta reais, e o aluno duzentos e trinta e um reais; Psicologia: setecentos e cinqüenta e dois reais e noventa e quatro centavos; o aluno: duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos; Turismo: quinhentos e cinqüenta e dois reais e noventa e quatro centavos, o aluno: cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos; Curso Superior de Curta Duração: Tecnologia em Automação Industrial: quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos; cento e sessenta e nove reais, ponto quarenta e um para o aluno; e os três cursos finais: Tecnologia em Logística, Tecnologia em Gestão, Tecnologia em Eventos, que a parcela hoje era de quinhentos e dezessete e sessenta e cinco centavos, o aluno arcaria com cento e cinqüenta e cinco reais e vinte e nove centavos; disse achar que era uma oportunidade única para a Cidade, e que, obviamente, tinham feito aquelas



emendas para que a Cidade, com esse compromisso, Prefeitura e FAJ, atingisse os objetivos e que o beneficiado hoje, ou seja, o universitário, fosse favorecido, e que no dia de amanhã, a Cidade pudesse colher os frutos desta Educação, que eles tinham plantado naquele dia; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos, dizendo que entendia que aquele projeto era um projeto importante, que visava melhorar a condição de acesso do povo à Faculdade; disse que via que era um projeto importante, e que o Prefeito, o Executivo demonstrava a preocupação com isso, mas queria ali fazer uma observação que o Projeto tinha vindo do Executivo, naquele dia à tarde, cerca, aproximadamente, das quatro horas, e que houve pouco espaço para se discutir, e o objetivo daquelas emendas que ali tinham sido feitas, era tentar buscar formas que pudessem ajustar a uma certa realidade, que eles entendiam, ali, importante para o povo, com relação à questão que ouvia muitas reclamações dos valores, esse negócio do salário mínimo, mas todas as vezes por conta de ter um projeto que vinha na Casa no afogadilho para ser votado, muitas das vezes podia escapar algumas coisas, como tinha escapado alguma coisa semelhante à questão do transporte, que tinha chegado, também, no afogadilho; disse que depois não dava para ter a cobrança da Câmara, dizendo que os Vereadores votaram, tinha esse problema... Comentou que o objetivo e o papel da Câmara, naquele momento tinha sido estar fazendo emendas visando o sentido de dar uma condição melhor para o projeto, para que as pessoas pudessem ter o acesso de uma forma socialmente justa, poderia dizer assim, a esta questão do acesso à Faculdade, e que podia sim, passar alguma coisa despercebido, porque todo o projeto, na sua naturalidade, tinha que percorrer as comissões, tinha que ter uma discussão mais ampla com a população, com o pessoal que estava envolvido no processo, e que isso não teve, coisa que ele queria divergir e colocar ali sua opinião de divergência com relação a esta questão do Executivo, porque, também, a Câmara tinha que ter sua independência, não dava para chegar a toda hora um projetinho, e irem votando, irem votando, irem votando, e que também não era por aí; disse que ele era base aliada ao Governo, defendia o Governo, mas também não dava para ficar toda hora chegando projeto ali, neste afogadilho, e que eles também tinham responsabilidade, de votar um projeto; um projeto chegava, e que ele nem tinha visto aquele projeto, chegou a vê-lo às seis e meia da tarde, naquele dia; disse que tinham que analisar as coisas, não era chegando e votando; disse que houve um consenso de votarem, porque estava chegando perto do Carnaval, era feriado, tal, a Faculdade tinha que ter aí o espaço para poder buscar recrutar as pessoas, também a Promoção Social, etc e tal, tinha todo um trabalho, uma demanda em torno desta situação, e que tinha o bom senso, também, deles, e que deixava registrado que

poderia passar algumas coisas, e com isso, estava colocando seu ponto de vista, mas faria, também, diretamente ao Prefeito, ao Executivo, que, também, tinha hora de parar, tinha que parar com este tipo de coisa, pois toda hora ficar votando projeto no afogadilho, isso não dava certo, porque a Câmara, também, tinha responsabilidade, e isso não era questão de oposição, era ser coerente, ter coerência com a questão, e do ponto de vista da coerência e do bom senso, que não se mandasse projeto da noite para o dia na Casa para poder votar, porque todo mundo ali tinha cérebro e queria raciocinar, e que não dava para raciocinar, e que nem máquina fazia um negócio deste, tinha que parar, pensar, discutir, debater para poderem chegar e votar uma coisa dessas, e que ele estava ali colocando seu ponto de vista, sua opinião, e que achava que o projeto era super importante, e que não estava dizendo que era contra, no entanto, tinha votado a favor, mas era contra este afogadilho que chegavam os projetos na Casa, e eram obrigados a ficarem com a faca no pescoço para votar um projeto que tinha complexidade, e tinham que discutir essas complexidades, não era simplesmente aprovar, tinha que se discutir, e por isso, fazia ali aquela observação, e iria fazer diretamente ao Prefeito com relação àquela questão; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse, em primeiro lugar, antes de terminar a sessão, parabenizar ao Renê Venturini pelos cinquenta e cinco anos que ele tinha feito no domingo, o parabenizou, e disse achar que ele tivesse uns setenta, e que estava bem, e que achava que ele chegaria lá; disse que falando sério, parabenizou ao Fábio Pina, e publicamente pediu desculpas, porque naquela tarde, disse ao Fábio, que ela tinha se excedido um pouco com o Presidente da Casa, mas se eles estavam conseguindo, naqueles primeiros quarentas dias votar as coisas, porque estavam tendo uma brilhante presidência do Fábio; disse que achava que o Fábio estava sendo psicólogo, psicanalista, mediador, e que ela era suficientemente mulher para pedir desculpas, e que achava que o Fábio merecia tais desculpas; disse que há muito tempo lhe acompanhava na sua vida, uma frase do Amaryta Sen, Prêmio Nobel de Economia: “As pessoas além de ter certas possibilidades, elas precisam estar preparadas para fazer escolhas.” Disse que eles estavam num momento ímpar, mas as pessoas tinham que ser conscientizadas dos momentos e das oportunidades que eles estavam tendo; ônibus a um real, no feriado grátis, uma faculdade com setenta por cento de desconto; disse que achava que as pessoas tinham que dar valor a isso; era um custo altíssimo para o Município, na própria lei falava que ninguém poderia ficar em duas DPs, porque senão ficava aquela coisa que era grátis e ninguém dava valor, e era um custo altíssimo, era um custo de milhões de reais, tanto para a FAJ, para a Faculdade, tanto para a Prefeitura; disse que achava que no futuro, alguma Secretaria do Município, a Ação Social ou

outras, poderia fazer uma campanha de conscientização, porque senão ficava aquela coisa: “Ah, é de graça! Não estou pagando muito! Posso faltar, pode não dar certo” Disse que aquela lei incluía que o aluno teria setenta e cinco por cento de frequência obrigatória para manter a bolsa; disse que seu medo, seu grande medo era que as pessoas se acostumassem com um assistencialismo, e que isso não virasse um assistencialismo e sim virasse uma oportunidade, e que sugeria, disse ao Presidente, que fosse feita no futuro uma campanha de conscientização, e que as pessoas entendessem que não era grátis, alguém estava pagando isso, e, indiretamente, quem estava pagando isso eram todos eles, que estavam pagando seus impostos; disse que com respeito ao que o Vereador Edison falava da urgência e tudo, ela, nos últimos dias, ficou sabendo da lei pelos jornais, porque era muito difícil saber as coisas pela Câmara, porque sempre chegava em cima da hora; pediu ao Presidente, que achava que a função do líder de Governo estava fazendo falta, porque a função do líder do Governo na Câmara era essa, era um leva e trás de informações daqui para lá, da Prefeitura para cá, e com a renúncia do Edison tinham ficado sem líder; disse que achava que estava na hora do Executivo, juntamente com a Presidência da Casa, nomear esse líder e que ele fizesse essa coisa, porque era muito chato eles abrirem o jornal no sábado e ficarem sabendo que na quinta-feira tinha sido fechado um convênio e só faltava na Câmara, e jogava uma pressão enorme nas costas deles, uma responsabilidade com a Casa cheia, e que eles trabalhavam sempre sob uma pressão enorme; disse que essa era sua grande questão, e uma dúvida que ficava, que se hoje tinham dinheiro para passagem a um real, hoje tinham dinheiro para dar bolsas, perguntou porque não tinha sido feito antes, porque eles estavam no meio de uma crise mundial, e tinham grana para fazer tudo isso; disse que sua grande dúvida porque eles não faziam isso antes, e que algum dia alguém iria lhe responder; a seguir, pediu a palavra o Sr. Airton Brulino Jorge que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que aquele projeto, como tinha sido dito, tinha entrado depois do almoço, para que eles votassem; disse, ao Presidente, que antes de mais nada queria pedir desculpas às pessoas que tinham estado presentes na Casa, que não era de praxe que eles ficassem suspendendo a sessão e se retirando por várias vezes e por longo período; disse que as pessoas que freqüentavam as sessões elas sabiam que as discussões dos projetos ocorriam no dia anterior, normalmente, o projeto chegava com antecedência, na segunda-feira, à noite, se eles passassem por aqui, veriam a luz acesa e todos os Vereadores, porque eles usavam a segunda-feira à noite para fazer esta discussão, que, infelizmente, tiveram, naquele dia, que fazer durante a sessão, tiveram que suspender por várias vezes, para fazer esta discussão, e como seus pares que já tinham lhe antecedido, bem esclareceram, era uma responsabilidade

grande para eles quando chegava um projeto tão importante para a Cidade e eles terem que resolver isso e votar a toque de caixa; disse que a princípio, a Câmara tinha pensado em não votar aquilo, naquela data, tinham feito uma discussão entre os Vereadores, e que ele estava tornando público isso aos presentes, a princípio não ia ser votado aquilo, naquele dia, iriam votar contrários ao pedido de urgência, mas por outro lado, eles tinham a pressão, também, que por ter um Vestibular continuado, a FAJ tinha muita gente que estava na dependência do projeto para prestar o Vestibular e iniciar seus estudos, sua formação; perguntou como era que o Vereador ele tinha que agir com a faca de um lado e com a faca de outro lado do pescoço; de um lado o compromisso com a população, do outro lado o compromisso deles como Vereadores, de não aprovarem alguma coisa que fosse maléfica ao Município, à população, e que o Vereador, também, trabalhava muito pressionado; disse que quando o Fred tinha lido o projeto pela primeira vez, quando se atrelava a bolsa ao salário, ouviram ali a insatisfação das pessoas presentes, mas isso eles já tinham discutido, e que até o pessoal tinha vaiado, e que eles deram risada, porque eles já sabiam que isso não iria passar, e que de fato tinham tirado; disse que tinham feito uma emenda tirando isso, e iria para o Executivo, e cabia a ele sancionar ou vetar, e que iriam ficar sabendo disso no futuro, mas ali eles procuraram de consenso entre todos os Vereadores, de observar e dar oportunidade baseados em níveis sócio-econômicos; aquelas pessoas que tinham mais dificuldades, seriam aquelas que mais teriam oportunidade, nível sócio-econômico, portadores de necessidades especiais, idosos, enfim, eles tinham procurado contemplar esta parte da população; disse de encerrar sua fala parabenizando a todos os Vereadores pelo que tinha sido feito na Casa, porque a briga tinha sido grande na tarde daquele dia, na Casa, e que não era fácil ter nove pessoas, as nove com poder de abaixar, de derrubar, para levar para frente, e que tinha tido muita discussão, e como o Edison, que o antecedeu, já tinha falado, podia ser que eles estivessem cometendo um erro ali, alguma coisa estaria passando despercebida aos seus olhos, e que poderia ser, mas que eles não tinham tido este tempo; disse ao Sr. Presidente que antes da sessão ele tinha estado diretamente com o Prefeito, e perguntou qual o motivo daquilo chegar em cima da hora, e ele disse que não tinha motivo nenhum, e que ele não tinha motivo, simplesmente, tinha chegado naquele momento por uma falha, assumindo a falha do Executivo e das pessoas que estavam junto com ele, de não conseguirem encaminhar isso para eles; disse que esperava, e tinha dito para ele, e o Edison iria reforçar, e tinha certeza que todos iriam, que isso não acontecesse mais, que eles tivessem calma e tivessem a tranqüilidade necessária para que eles tomassem uma decisão tão importante como aquela; parabenizou, também, ao Executivo pela

iniciativa, e parabenizou, também, a FAJ, que estava na Casa representada pelo Professor Paulo Galvão, e o agradeceu pela presença, e que tal parceria fosse um sucesso, disse ao Professor, como tinha sido até aquele dia a parceria entre Prefeitura e FAJ, e estavam ali para poder apoiar, mas que eles só lamentavam de ter que decidir as coisas a toque de caixa, mas esperavam que Deus tivesse norteado suas idéias, seus caminhos, para que eles tivessem feito o melhor pela Cidade, pela População; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que era uma satisfação eles estarem ali discutindo esse projeto naquele momento; disse que tinha tido a oportunidade, em noventa e nove, juntamente, com o Prefeito da época, Antonio Maurício Hossri, em possibilitar a vinda da FAJ para Jaguariúna, e que naquele momento eles tiveram a oportunidade de receber membros do MEC, e que a reunião tinha sido num quarto do Hotel Jaguar, para verem as dificuldades que eram na época, e que o Sr. Maurício, juntamente com membros da comunidade local, tentando trazer para a Cidade uma Universidade, sabendo, realmente, que isso era algo valioso para o enriquecimento da cultura da Cidade, para tudo, enfim, e que sabiam o que representava a FAJ, hoje, e onde a FAJ estava querendo chegar, e o Município nesses nove anos vinha apoiando incondicionalmente esta Universidade, que era uma universidade de Jaguariúna, até com o nome da Cidade e beneficiando tantas pessoas que sabiam que estava beneficiando; disse que tal projeto vinha alicerçar ainda mais a parceria FAJ e o Município de Jaguariúna, e que isso há nove anos, em todas as áreas, contribuindo de todas as formas para o enriquecimento do cidadão, inclusive da Cidade; disse que usava ali, também, a fala dos Colegas que o antecederam, e falou do seu questionamento quanto à forma que tinha sido conduzido essa discussão, perante a sociedade; ou seja, a sociedade não tinha participado, eles membros representantes do povo, que ali assumiram o projeto que iria ser encaminhado, agora, à publicidade; disse que sempre falavam que era função deles, do Poder Público, fosse Executivo ou Legislativo, dar publicidade aos atos; disse que uma lei como essa, o interessante era que ela desse entrada na Câmara, ter sido lida, colocada na internet, ter tido a oportunidade de ter a opinião de determinados membros da sociedade, para não ter que ser só o ponto de vista da Casa, e poderem votar com firmeza aquilo que, realmente, sabiam que iria ser o melhor e o maior benefício à população; disse que só tinha se indignado, conforme tinha dito antes da votação do projeto, com relação ao tempo, e voltou a dizer, que no dia vinte de janeiro, aproximadamente, e que não sabia a data correta, e que tinham estado na Casa presentes, e que o Paulo estava ali, conversando com a FAJ, e a FAJ os tinha levado a idéia de criar esta parceria, que todos os Vereadores presentes na reunião

acharam maravilhosa, e que em nenhum momento tiveram uma foto e colocaram no jornal que isso seria a vontade da FAJ e do Município, porque não tinham esta autonomia, essa autonomia era do Prefeito, e isso tinha ocorrido quinta-feira, e conseqüentemente, naquele dia, terça-feira, o projeto tinha vindo para eles votarem; disse que as entre linhas, realmente, requeriam um pouquinho mais de atenção por parte deles, Vereadores, e que essa era a função deles, e que o Prefeito pedia e eles aprovavam ou não, mas tinham que aprovar aquilo conscientes daquilo que, realmente, tinham certeza do que o seria; disse que tinha sido isto que tinham tentado fazer, e pediu desculpas, também, às pessoas que estavam presentes, a Casa estava cheia, por eles se retirarem a ali discutir; comentou que como o Dr. Airton tinha dito, à tarde tinha sido briga de leão, achava que muita gente tinha se magoado, porque eles haviam, de uma certa forma, combinado que eles não votariam projetos desta envergadura repentinamente, mas enfim, razões do Executivo, da FAJ, e coube à maioria dos Vereadores, e tinham que respeitar, que o projeto fosse votado o mais rápido possível, e assim estavam fazendo, e achava que as emendas que tinham sido apresentadas ali, ao ver deles, e que Deus os iluminasse que eles pudessem abranger o maior benefício para toda a população, que, realmente, aquela que tivesse mais necessidade pudesse obter a oportunidade, e esperava que eles tivessem alcançado isso ali; disse que só tinha que votar favorável a um projeto como este, não poderia deixar de agradecer a parceria da FAJ, agradecer e ficar honrado porque a semente que tinha sido plantada em noventa e nove vinha cada vez mais crescendo, e que tinham, hoje, quase cinco mil alunos, e que era uma faculdade que, realmente, enobrecia em tudo aquilo que se predispunha a fazer, enfim, realmente, não poderia não votar favorável a tal projeto, e pediu para que levasse sua gratidão pela dedicação que o Ricardo, enfim, e toda a diretoria tinha com o Município, querendo fazer sempre o melhor; agradeceu toda a participação dos Vereadores, enfim, e esperava que o projeto atingisse seus objetivos; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, dizendo que achava que estava todo mundo cansado, mas que ela gostaria de dizer que os projetos que eles tinham votado até aquele dia, tinha sido, realmente, uma luta, em algumas coisas tinham errado, ou ainda iriam errar, não dava para acertar tudo, nem errar tudo, mas achava que tinham feito com a melhor das intenções, achava que o Prefeito vinha mandando em regime de urgência, e que vinham votando na medida que era possível discutir, e fazer aquilo que entendiam que era melhor para a população; disse que, realmente, naquele dia tinha sido difícil, estava lá no Baile da Terceira Idade, eles não tinha ido, mas ela foi, e nisso ligaram que o projeto tinha chegado para eles poderem discutir, se votariam ou

não; disse que achava que isso fazia parte, e que eles já tinham discutido um pouquinho com a Faculdade, e que já sabiam mais ou menos o teor do que viria, e que achava que não tinha sido uma grande surpresa para eles poderem discutir a lei, e que tinha sido formada uma comissão que tinha aí elementos suficientes para se criar condições e critérios para atender, realmente, aquelas pessoas que iriam ter a oportunidade que antes não teriam em condições normais de freqüentar uma universidade; disse que gostaria de ressaltar que o Presidente da Câmara vinha fazendo um trabalho extremamente exaustivo de contato com o Executivo, nestes últimos tempos, e vinha trazendo e levando informações para que eles não ficassem a pé; disse que, independente, de hoje estarem sem o líder de Governo, mas o Fábio não vinha medindo esforços para que eles pudessem, tendo um contato maior, e terem maiores informações; disse que achava que eles eram, realmente, o Partido de Jaguariúna, e eles estavam tentando fazer aquilo que era melhor para todos no Município de Jaguariúna, independente de cada partido; agradeceu, realmente, a todos os Colegas, e que, de vez em quando eles se alteravam, brigavam, discutiam, mas achava que eles chegavam num consenso e que achava que iria ser assim os quatro anos, achava que iria ser assim; disse “muito obrigada” a todos, e desejou que aquelas quinhentas bolsas viriam, realmente, favorecer grande parte daquelas pessoas que não teriam, voltava a dizer, acesso aos trâmites normais aí da Faculdade, que já era um grande Instituto, um grande nome em toda a região; agradeceu; a seguir, em votação o Projeto de Lei nº 013/2009, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o IEJ a fim de instituir o Programa Municipal Universidade para Todos, na forma que especifica, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomaria a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues, que a passou. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia três de março de dois mil e nove, - terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Fábio Augusto Pina**  
**Presidente**

Referente à Ata da 3ª Sessão Ordinária, de 17 de fevereiro de 2009.-

**Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri**  
**Vice-Presidente**

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Primeiro Secretário**

**Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco**  
**Segundo Secretário**





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

